

**JUVENTUDES E SEGURANÇA PÚBLICA:
O PERFIL DAS VÍTIMAS DE HOMICÍDIO NO MACIÇO DE BATURITÉ/CE E OS
DESAFIOS PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA EM
REDENÇÃO.**

Antônio Micael Pontes da Silva¹;

Francisco Thiago Rocha Vasconcelos (Orientador)²

Resumo: Este artigo tem como objetivo traçar alguns apontamentos críticos sobre a juventude atravessada pela violência letal no município de Redenção-CE a partir de dados estatísticos de mortalidade violenta tendo como plano de fundo o processo de “interiorização” da violência, que caminha junto com a “nordestinação” dos homicídios. Fez-se uso de entrevistas semiestruturadas com profissionais da assistência social, operadores do direito e agentes da segurança pública no Maciço de Baturité e da análise de dados feita pelo Grupo de Pesquisa e Extensão em Segurança Pública, Justiça e Direitos Humanos (SEJUDH/UNILAB). Constatou-se a ausência e precarização de programas e ações socioassistenciais e de políticas públicas voltada para as juventudes em condição de vulnerabilidade, risco e pobreza. Dessa maneira, observa-se a necessidade de abordar questões de política pública de segurança pública de modo intersetorial e dentro de uma concepção mais ampliada, não centrada nas atividades policiais de repressão e investigação, mas nas redes de proteção social e de administração de conflitos. Cresce a importância de articular os serviços e projetos de prevenção e enfrentamento da violência e proteção à vida tomando as juventudes como protagonistas da cena social

Palavras-chave: juventude; violência; segurança pública; políticas públicas.

**YOUTH AND PUBLIC SAFETY: THE PROFILE OF HOMICIDE VICTIMS IN
MACIÇO DE BATURITÉ AND THE CHALLENGES FOR PUBLIC POLICIES IN
ORDER TO PREVENT THE VIOLENCE IN REDENÇÃO - CE**

Abstrac: This essay aims to draw some critical notes about the youths that are being crossed by lethal violence in the County of Redenção-CE, based on statistical data on violent mortality, based on the background of the process of "internalization" of violence, wich walks side by side with “nordestinação”. It was used semi-structured interviews with social assistance professionals, legal operators and agents of public security in the Maciço de Baturité and data analysis carried out by the Grupo de Pesquisa e Extensão em Segurança Pública, Justiça e Direitos Humanos (SEJUDH / UNILAB) . The absence and precarization of socio-welfare programs and actions and of public policies aimed at the youths in condition of vulnerability, risk and poverty were observed. Thus, the need to address public policy issues of public security in an intersectoral manner and within a broader conception, not centered on police activities of repression and investigation, but in networks of social protection and administration of conflicts, is observed. The importance of articulating the services and projects of prevention and coping with violence and protection of life taking the youth as protagonists of the social scene

Keywords: youth; violence; public safety; public policies.

¹ Graduado em Bacharel em Humanidades e graduando em Licenciatura em Sociologia pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).

² Professor Adjunto da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Cursos de Bacharelado em Humanidades e Licenciatura em Sociologia.

1. Introdução.

Este artigo dedica-se analisar e problematizar a partir de dados estatísticos sobre violência letal e dos discursos dos profissionais da assistência social, operadores do direito e agentes da segurança pública no Maciço de Baturité, com foco no município de Redenção, cujo objetivo é traçar alguns apontamentos críticos sobre a juventude atravessada pela violência, em especial jovens vítimas da violência letal na região. Este artigo é resultado de parte do trabalho de pesquisa desenvolvido no SEJUDH/UNILAB – Grupos de Pesquisa e Extensão em Segurança Pública, Justiça e Direitos Humanos³, tomando como perspectiva uma constante inquietação sociológica pautada numa concepção interdisciplinar como resultado final de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Licenciatura em Sociologia.

Vamos agora nos dedicar em delinear algumas impressões teórica e metodológicas, atrelado numa concepção crítica histórica e analítica dos dados colhidos sobre o objeto de estudo que alicerçam o artigo em relação a juventude no cenário da violência.

Nas últimas décadas do século XX até os dias atuais, os estudos sobre juventude, entrelaçado com os múltiplos espectros do fenômeno da violência e dos conflitos sociais, num contexto entre urbano e rural, vêm ganhando destaque no cenário social brasileiro, produzindo significativas contribuições no campo teórico-epistêmico e na esfera social e de política pública, especificamente relativa à prevenção da violência. Alguns estudos apontam os diversos aspectos subjetivos, as representações e as condições históricas e culturais variadas que constitui os modos de ser das juventudes na contemporaneidade.

O psicanalista Erik Erikson, na obra *Identidade, juventude e crise* (1987), já apontava as múltiplas questões que atravessam a vida dos jovens, seja na dimensão subjetiva dos fenômenos sociais até práticas de vida que se encontram em movimento e em transformação da

³ O grupo SEJUDH/UNILAB foi criado em 2016, sob coordenação do Prof. Dr. Francisco Thiago Rocha Vasconcelos, docente do curso de Licenciatura em Sociologia da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Com projeto de pesquisa aprovada pelo PIBIC/UNILAB (2016-2017), intitulado “Diagnóstico da Segurança Pública no Maciço do Baturité: representações sociais, políticas públicas e trabalho policial em Acarape e Redenção”, voltou-se para um diagnóstico da estrutura de segurança pública e dos dados gerais de mortalidade no Maciço de Baturité, assim como para a análise de representações sociais de operadores do direito, profissionais da segurança pública e atores da sociedade civil. A segunda fase do projeto 2017-2018, “Segurança Pública no Maciço do Baturité: insegurança, vitimização e o papel das prefeituras em Acarape e Redenção”, dedicou-se analisar os principais fatores urbanos e sociais ligados à sensação de insegurança da população, possibilitando a) investigar a percepção sobre o papel das prefeituras na segurança pública e na prevenção das violências; b) analisar distinções entre as políticas públicas ligadas à segurança pública nas duas cidades; e c) averiguar as implicações da criação da UNILAB nos índices de criminalidade violenta, insegurança e no funcionamento do poder público. A primeira fase da pesquisa foi apresentada na IV Semana Universitária da UNILAB e no III Fórum Internacional de Jovens Investigadores (JOIN), edição Brasil. Segue link dos anais de ambos os eventos: <<http://semanauniversitaria.unilab.edu.br/edicao-Atual/>> Acessado em 10/10/2018. <<http://www.editorarealize.com.br/revistas/joinbr/resumo.php?idtrabalho=987>> Acessado em 10/09/2018.

realidade vivida. Segundo Glória Diógenes (2012, p.104), esse devir-juvenil, circunscrito dentro do conceito de juventude, “[...] representa uma condição que mais se define por suas práticas, por suas formas diversas de atuação e de experimentação do que mesmo por conceituações e referenciais estáveis e fixos”. Pois, “[...] falar em juventude é movimentar-se em um campo ambíguo de conceituação”. Soma-se a esta rede de debate, a concepção de Miriam Abramovay e Mary Garcia Castro (2015, p.13) sobre a juventude, destacando:

É uma construção histórica e social e não meramente uma condição etária, parte de um determinado ciclo de idade. Cada época e cada cultura postulam diferentes maneiras de ser jovem, sobre determinadas por dentro de situações sociais e culturais específicas. (ABRAMOVAY; CASTRO, 2015, p.13)

Mas quando se trata de jovens em condição de vulnerabilidade social, especificamente vítimas da violência letal, observa-se o silenciamento de práticas de vida que teriam como meta ressignificar os contextos existências dos sujeitos de modo transformativo e emancipatório.

Para o sociólogo Manuel Castel (2005), as consequências da violência, especificamente pela forma como tem se configurado em diversas camadas e níveis da vida cotidiana, que conserva os diferentes medos das sociedades ao longo do tempo, atinge profundamente a juventude; e em grande escala jovens em condição de pobreza. Mas para Castel a juventude não poder ser vista como único agente formador da violência, pois a violência tem se configurado nas sociedades por séculos. Dentro de um projeto de modernidade capitalista que fragmenta os saberes e as existências dos sujeitos, colocando-os numa conjuntura de desigualdade social, circunscrito na discriminação e no preconceito, – causando o esvaziamento de si e a mortificação da existência –, não é posto em pauta as condições precárias e brutais que alguns jovens estão inseridos, comprometendo o desenvolvimento físico, psíquico e social (BOCK; FURTADO; TEIXEIRA, 2008, p. 335). Ou seja,

Castel nos ajuda a perceber que as leituras superficiais e ideológicas deslocam o fenômeno da violência de toda a conjuntura social e a depositam em segmentos da sociedade que, por suas características, permitem essa associação. A sociedade moderna apresenta formas violentas de se expressar e se relacionar. A juventude de maneira alguma as inventou. (FURTADO; TEIXEIRA, 2008, p. 306)

Nesse sentido, há negação dessas existências, pois coloca a juventude como a “nova classe perigosa” (Castel, 2005). Este processo violento de invasão do cotidiano, encaixota a juventude numa estrutura de sociedade discriminatória que se faz na estigmatização, marginalização e criminalização da vida. Isto é gerado tanto por mecanismos de controle social, em especial por alguns aparelhos do Estado que legitimam o uso da força, exercendo o “direito de matar”; e também através de narrativas fascistas e midiáticas que reforçam os estereótipos, principalmente sobre o corpo da juventude. O corpo pasteurizado torna-se apenas quantificável

e encontra-se submetido aos processos de educação disciplinar sobre o uso do corpo (atitudes, hábitos, comportamentos, valores). O corpo torna-se dócil (Foucault, 2002) e um conjunto paradoxal de alegorias, signos e símbolos numa estrutura de sociedade violenta. Esses exercícios do poder também se configuram na mortificação do outro, tanto numa configuração de violência simbólica e cultural (BOURDIEU, 1989) e/ou interligada numa agressão que se expressa como violência letal. Fazendo-nos pensar os índices de mortalidade de jovens. Consoante Maria de Lourdes Trassi, em *Adolescência violência* (2006, apud BOCK; FURTADO; TEIXEIRA, 2008, p. 307), observa-se:

O modo como morrem nossos adolescentes, particularmente nos grandes centros urbanos, aqui e em outros lugares do mundo, é tão significativo e revelador da trama (drama) social quanto o modo como matam. Ambos os aspectos estão inscritos no mesmo ambiente sociocultural que produz, legitima e mantém a violência em seu grau extremo – a morte. (TRASSI, Maria de Lourdes. *Adolescência violência – desperdício de vidas*. São Paulo: Cortez, 2006, apud BOCK; FURTADO; TEIXEIRA, 2008, p. 307)

Segundo o Atlas da Violência 2018, há um forte crescimento da mortalidade violenta de jovens de 15 a 29 anos no Brasil, totalizando 33.950 vítimas em 2016. Se fizermos um cruzamento das vítimas entre faixa etária, cor e sexo, o perfil da população é composto predominantemente por jovens pobres e negros: 94,6% do sexo masculino e 40,2% de cor negra. Esta tendência de marcadores sociais também aparece de forma acentuada nos indicadores da violência no estado do Ceará.

Esta violência acaba afetando não somente as dinâmicas da região metropolitana, mas outras cidades circunvizinhas; sobretudo menores de 50 mil habitantes. Tomaremos como recorte a região do Maciço de Baturité⁴, com foco o município estudado nesse artigo, Redenção – que além de ter uma intensa ligação com a região metropolitana, vem apresentando nas últimas décadas um crescente histórico social e cultural de violências, especificamente de mortalidade e criminalidade violenta. Segundo o Ceará Pacífico (2017), Redenção ocupa a 11ª posição na taxa de mortes para o período compreendido entre 2010-2013, totalizando um aumento de 56,02%. A taxa de óbitos por agressão no ano de 2012 por faixa etária de 15 a 19 anos é de 36,35% e 20 a 29 anos é 66,53%. Desse modo, observa-se o processo da “interiorização” e transformação geopolítica dos indicadores de violência (SILVA, 2015). O que era circunscrito às grandes metrópoles, interioriza-se. Modificando a vida cotidiana nas pequenas cidades.

⁴ Macroregião localizado no sertão central cearense, composta pela cidade de Aracoiaba, Aratuba, Acarape, Barreira, Baturité, Capistrano, Guaramiranga, Itapiúna, Mulungu, Pacoti, Palmácia, Ocara e Redenção.

O processo da “interiorização” e transformação geopolítica dos indicadores de violência, que caminha junto com a “nordestinação” dos homicídios e do perfil sociocultural das vítimas, é compreendido e problematizado por Vanderlan Silva (2015) do seguinte modo:

Sobre o processo de interiorização da violência no Brasil, nesse início de século XXI, alguns trabalhos apontam como variáveis a forte repressão dos órgãos policiais no Sudeste contra o crime organizado e a consequente migração de organizações criminosas para regiões nas quais os aparatos policiais não têm o mesmo poder de combate. Junte-se a isso a variável da dinâmica do mercado de bens lícitos e ilícitos, que encontra em regiões como Nordeste e Norte a possibilidade de expansão de seus mercados. (SILVA, 2015, p. 256).

Há, portanto, um processo a ser investigado: a “migração da violência homicida” (SILVA, 2015) que recai sobre a juventude da região, exigindo constante inquietação sociológica pautada numa concepção interdisciplinar capaz de tecer compreensões sobre esse fenômeno, em destaque, a violência no contexto brasileiro aparece, de forma recorrente na década 1990, e encontra-se:

[...] associada a outros fenômenos sociais, quase sempre abordada em nível de análises de conjuntura, e no campo das reflexões sociológicas orquestradas por duplas variáveis conceituais: pobreza e violência, poder e violência, segurança e violência, drogas e violência, dentre outras. (DIÓGENES, 2011, p. 210).

Nesse debate, o grupo SEJUDH/UNILAB, ao traçar um diagnóstico sobre a estrutura organizacional de segurança pública e dos dados gerais de mortalidade no Maciço, enfoco em Acarape e Redenção, apontou o alto índice de mortalidade de homens jovens, negros e de baixa escolaridade, e de maneira turva, a “migração” e articulação de grupos criminais ligados ao mercado de armas e drogas. Também esboçou a carência de políticas públicas de segurança pública e assistência social gerenciadas pelo Estado em parceria com a prefeitura, a comunidade e outros atores sociais locais, seja no plano simbólico, do imaginário institucional, da estrutural organizacional e também em política orçamentária. Além disso, notou-se a precarização de programas socioassistenciais voltados para prevenção de adolescentes e jovens vulneráveis ao homicídio ou em condição de exclusão social e pobreza. Desse modo, questiona se existe diálogos da juventude com o CRAS, o conselho tutelar, a prefeitura, operadores do direito e profissionais da segurança pública que deveriam pôr em prática políticas públicas alicerçadas a partir dos contextos e práticas de vida das juventudes. E se existe diálogos, como funcionam, que público atende e como podem serem rediscutidos num plano de ações voltadas na proteção e ao direito à vida.

É nesta tessitura social conflitante que este projeto se debruça: analisar e problematizar a partir dos discursos dos profissionais da assistência social, operadores do direito e agentes da

segurança pública de Redenção⁵, correlacionando com dados estatísticos sobre violência letal, com objetivo de traçar alguns apontamentos críticos sobre a juventude no cenário da violência letal. A leitura dos dados nos propõe refletir sobre quais estratégias de políticas públicas podem ser pensadas no combate a violência na cidade.

Em caráter de pesquisa quantitativa e qualitativa, fez-se uso de dados extraídos do portal do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), que contabiliza mortalidade por causas externas, entre os anos de 1996 até 2016. Reforço o recorte na faixa etária de jovens de 14-18 anos e 19-29 anos. E também na leitura de outras fontes de dados extraído das últimas pesquisas feitas pelo grupo SEJUDH/UNILAB.

Todavia, este escrito aponta algumas considerações necessárias para dar visibilidade, com a devida apreciação crítica, as juventudes redencionista. E ao mesmo tempo, possibilitar novos debates reflexivos de outros instrumentos formativos, tanto no plano cultural e artístico e também de fortalecimento de vínculos/laços afetivos, entrelaçado numa política pública de segurança pública intersetorial. Articulada na ampliação e melhoria dos serviços e projetos de prevenção e enfrentamento da violência e proteção à vida.

Mas antes de apresentar os dados da pesquisa, cabe introduzir uma leitura teórica que oferece um parâmetro interpretativo para o cenário.

2. Esboço crítico sobre violência: por onde caminhamos?

Quando se fala em violência letal ou direta, não devemos dissociá-la de uma estrutura de poder destrutiva que se relaciona com outras formas de violência, tanto no plano simbólico e estrutural. Para compreendermos como se configura as múltiplas manifestações das violências e suas interações na contemporaneidade, é necessário traçar algumas compreensões sobre a violência.

A violência pode ser entendida numa dimensão intencional e planejada; isto é, assume uma postura de racionalidade e de legitimidade, que ora advém do Estado e ora de comportamentos culturais legitimados por um grupo para fins de dominação e/ou manutenção/conservação dos valores. Pode-se afirmar, segundo Glória Diógenes (2011, p. 210):

A violência é a única garantia de que se tem lançado mão para que se efetivem fronteiras e divisas entre ricos e pobres, entre os que precisam proteger os que possuem e os despossuídos. Ela opera intervenções, aciona aparatos de segurança,

⁵ Este artigo utilizará entrevistas realizadas nos projetos de pesquisa do grupo SEJUDH/UNILAB de agosto de 2016 até setembro de 2018.

produz uma infinidade de escudos imaginários e concretos que acabam *armando* toda a ordem social.

Em outro ângulo, e que pode se relacionar com a primeira dimensão exposta, possui uma relação assimétrica, seja nas micro relações de poder em que alguém tem sobre outro (submetido a uma coerção, ao desprezo ou encontra-se subjugado) e no poder simbólico e nas produções simbólicas como instrumento de dominação, de maneira invisível (BOURDIEU, 1989, p. 7-8). Para Bourdieu, esta dominação simbólica se debruça no véu social como força capaz de gerar verdades através do uso da força e da linguagem (BOURDIEU, 1989, p. 15), delineando determinado comportamento, *habitus* ou atitude, carregado de valores morais estabelecidos; e ao mesmo tempo, se encontra nos germes do medo e do terror:

A compreensão do fenômeno da violência não pode ser reduzida às suas manifestações mais visíveis e diretas, nas quais o uso da força física se evidencia, pois a sua dimensão indireta, “simbólica”, produz igualmente efeitos. Todavia, é inegável que sua manifestação direta parece ser tomada como clássica, e parece não restar qualquer dúvida sobre sua existência. (SILVA, 2015, p. 259).

O medo e o terror fazem aparecer um conjunto complexo de instrumentos tecnológicos que legitimam e instrumentalizam a violência no plano político. O medo como operador político de violência molda um tipo de sujeito, particularmente em espaços periféricos, colocando a vida sob a ótica da morte (MBEMBE, 2016, 146). Amordaçado pela espetacularização e mercantilização das violências, o processo de “interiorização” da violência que caminha junto com discursos conservadores de submissão e manipulação simbólica e político-midiática, acaba dando significados rasos e deteriorados a existência juvenil, em particular a juventude negra.

O Estado – “detentor do monopólio do uso legal da força física” (WEBER, 1982) –, que deveria assumir uma postura de garantias de direito, acaba produzindo formas legítimas de controle num aspecto punitivo e disciplinar. Assumindo uma postura racista, o Estado estabelece “os que devem viver e os que devem morrer, hierarquizando, portanto, o corpo da população” (BARROS, et al., 2017, p. 1056). Nesta lógica de controle social em relação de quem tem o “direito de matar” e “deixar de viver”, ritualiza-se modos de vidas no mesmo momento que esvazia, entorpece e extingue a vitalidade de indivíduos ou grupos. Reproduzindo comportamentos ritualizados por meio de máscaras sociais.

Nessa avalanche de deterioração, mortificação da vida e grandes índices de mortalidade violenta, o filósofo e teórico político Achille Mbembe em *Necropolítica* (2016), problematiza o exercício da soberania política como prática seletiva do “fazer viver” e do “deixar morrer”, principalmente sujeitos em condição de vulnerabilidade social com base num sistema capitalista com elementos neocoloniais. Para Barros (et al., 2018), ao relatar narrativas de profissionais de

políticas sociais que atuaram em espaços periféricos de Fortaleza, a necropolítica articulada teoricamente por Achille Mbembe:

[...] ajuda a operar reflexões não só sobre formas de dominação em contextos africanos pós-coloniais, mas também sobre as violências sofridas por populações inseridas nas periferias de contextos latino-americanos, como nos centros urbanos do Brasil, também marcados por intensa desigualdade social e pelo racismo colonial (BARROS, et al., 2018, p. 122)

A necropolítica é, antes de tudo, um *ethos* de guerra que se articula com as formas contemporâneas que subjagam a vida ao poder da morte. E é ao mesmo tempo resultado de um projeto civilizador de controle, vigilância e punição em que toda memória, conhecimento e saber se esvai e deve ser preenchida por um sistema político tirano, que é um projeto tardo-moderno que prega o progresso e a “liberdade” no direito de matar aqueles que não se enquadram na ordem social vigente, implementando na sociedade novas estratégias de dominação, esartejamento do outro e novas tecnologias de poder. Esse processo resulta numa tripla perda da existência, que se faz entre e sob a pele: “perda de um ‘lar’, perda de direitos sobre seu corpo e perda de *status* político” (MBEMBE, 2016, p. 131). Esta triplica morte que sustentou o sistema colonial, ainda continua a fortalecer as estruturas de poder das sociedades capitalísticas, pois consta-se o que o maior número de vítimas é a população negra (como nos apontou o Atlas da Violência 2018). De tal modo, ocorrendo o esgotamento da existência e da força vital. O que Frantz Fanon (2008), anuncia como esvaziamento de si; fragmentação da existência.

Para Achille Mbembe (2014), na obra *Crítica da razão negra*, o esvaziamento só é possível nos processos de coisificação e figuração da existência, que afeta majoritariamente os negros, assim, ocupando um lugar fantasmagórico (MBEMBE, 2014, p. 224). Nesse processo de decompor-se por meio da agonia, eclode a imagem de um escravizado; na qual o seu corpo encontra-se fadado ao tráfico, no serviço do aluguel do outro e a viver de farrapos. O corpo está “vivo” e convive na mediada em que seus órgãos se exprimem e funcionam na restituição de um preço. Este corpo se encontra predestinado a alugar-se partes de si para um projeto de exploração do outro:

O corpo propriamente dito não possui, no entanto, nenhum sentido intrínseco. Por outras palavras, no drama da vida, o corpo, em si, nada significa. É um entrelaçamento ou, ainda, um conjunto de processos que, em si, não têm qualquer sentido imanente. A visão, a motricidade, a sexualidade, os toques não têm qualquer significado primordial. Assim, existe sempre uma parte de coisificação em qualquer corporeidade. (MBEMBE, 2014, p. 244-245).

Observa-se que caminhamos para uma necropolítica que se faz em outros contextos de guerra, principalmente quando ocorre um aumento exponencial de jovens negros assassinados,

transitando da metrópole para cidades de médio e pequeno porte do Ceará, criando-se novos “mundos de morte”: “[...] formas novas e únicas da existência social, nas quais vastas populações são submetidas a condições de vida que lhes conferem o *status* de ‘mortos-vivos’” (MBEMBE, 2016, p. 146). E em outras formas de necropoder, que é resultado de experimentos de biopoder: arquitetam-se códigos disciplinares que determinam uma cultura de dominação e de narrativas de manipulação sobre os usos do corpo. Em *Vigiar e Punir*, Michel Foucault (2002), estabelece que na disciplinarização produz corpos dóceis e úteis, que por sua vez, cria-se instrumentos de objetificação dos sujeitos, pois o corpo torna-se algo que se “manipula, se modela, se treina, que obedece, responde, se torna hábil ou cujas forças se multiplicam”.

Neste denso cenário é possível refletir sobre violência letal no Maciço, e que pode ser vista numa crítica sociológica se levarmos em consideração as impressões dos “interlocutores-chave”, assim, traçar apontamentos críticos referente a percepção da juventude na cena da violência letal.

3. A violência letal no Maciço de Baturité.

Feito este debate, fornecendo um mosaico crítico em relação a onda de violência que afeta a vida cotidiana juvenil, agora entra em cena o Maciço de Baturité⁶, trazendo sua amplitude e especificidade sociopolítica e geográfica, e que embora os municípios que a compõe se assemelham em muitos aspectos, neste caso, com os crescentes índices de violência e criminalidade – intensificação de assalto a agências de correios e à bancos, com a explosão de caixas eletrônicos, além da multiplicação dos pequenos assaltos, homicídios e acidentes de trânsito, apontando “as marcas desse processo de migração da violência homicida” (SILVA, 2015, p. 256) – cada cidade tem dinâmicas sociais própria.

Nesse sentido, a abordagem quantitativa, enquanto constante exercício de domínio das técnicas de estatística descritiva e inferencial, foca-se na coleta e amostragem de dados sobre os óbitos por causas externas com base no portal do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), entre 1996-2016. É notório destacar que o DATASUS coleta,

⁶ Deve-se ressaltar que a Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Ceará (SSPDS-CE) compreende o Maciço de Baturité enquanto Área Integrada de Segurança (AIS) composta pelos 13 municípios da região e mais seis cidades do sertão central, como Canindé, Caridade, Paramoti, Itaira, Madalena e Boa Viagem; formando a AIS15. A Área Integrada de Segurança no Ceará corresponde ao programa “Em Defesa da Vida”, lançado em 2014, que consiste em articular o trabalho desenvolvido pelas instituições de segurança pública para fins de viabilizar políticas orçamentárias, planejamento integrado das instituições e para execuções de operações policiais e de programas voltados para redução de homicídios e assaltos em cada uma das áreas. Neste artigo tomamos atenção apenas para as cidades que compõem o Maciço.

processa e gerencia informações a partir do Sistema Único de Saúde, conforme o Código Internacional de Doenças (CID-10) pelo tabulador de dados genéricos de domínio público TABNET⁷.

Enquanto na qualitativa, que é um labor artesanal (MINAYO, 1994), e por sua vez, estratégia de investigação que oferece vias de comunicação abertas para o entendimento das especificidades das trajetórias, contextos sociais e percursos dos interlocutores envolvidos, preocupa-se na análise de entrevistas orientadas por um roteiro de perguntas em caráter semiestruturado e organizado em três blocos: i) Como percebem a violência na região e como a juventude é vista nesse cenário de violência? ii) Como funciona o sistema de proteção e combate à violência? Quais as dificuldades encontradas? iii) E quais medidas podem ser discutidas para ampliação e fortalecimento de redes de proteção à vida? Em diálogo com entrevistas realizadas pelo SEJUDH/UNILAB nos anos de 2016 até 2018, traçando nuanças sobre o objeto de estudo desse artigo e com o roteiro acima, destaca-se os sete interlocutores entrevistados que atuam na gestão municipal de Redenção, profissionais da assistência social, operadores do direito, agentes da segurança pública e representantes da sociedade civil. Estas entrevistas foram discutidas numa análise comparativa, assim, compreendendo algumas categorias antes discutidas no SEJUDH/UNILAB, e que agora passam por um processo reflexivo e de filtragem sociológica no intuito de redefinir e articular a noção de categorias-chaves na apreensão das estruturas simbólicas que regem o discurso dos entrevistados.

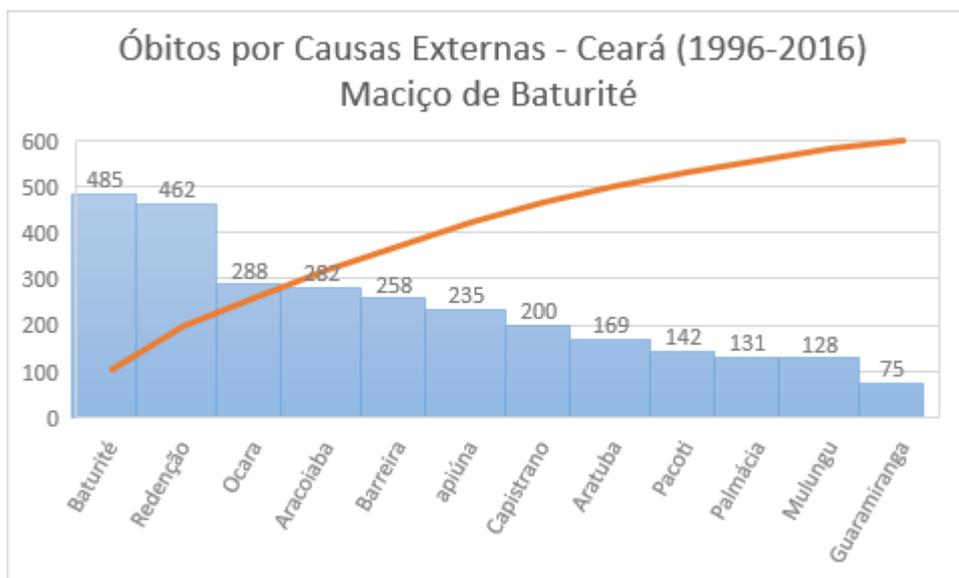
No gráfico 1 que trata dos óbitos por causas externas no Maciço (1996-2016), os índices se distribuem segundo o nível populacional dos municípios, embora Redenção (com 462 mortes)⁸ se destaque frente à Baturité (com 485 casos de morte), o município mais extenso e populoso (com 35 mil habitantes, segundo IBGE-2018), e além de ser a cidade-pólo da rede de núcleos urbanos do Maciço e onde se encontra a Delegacia Regional. Somente em 2016 contabilizou-se 238 casos, atenção em Redenção com 39 mortes (sendo que 20 corresponde ao público juvenil de 15-19 anos e de 20-29 anos de idade (ver tabela 1.), e depois temos Barreira (37), Baturité (35) e Mulungu (33).

⁷ Seleção das Categorias CID-10 utilizadas:

- Mortalidade por Causas Externas (acidentes e violências): códigos V01 a Y98;
- Homicídios por Arma de Fogo (agressão): códigos X93-X95;
- Homicídios: “Agressões” (X85 a Y09) + Intervenções Legais (Y35 a Y36); Mortes por Armas de Fogo: inclui agressões (X93-X95), acidentes (W32 a W34), lesões autoprovocadas intencionalmente (X72 a X74) e Intenção indeterminada (Y22 a Y24).

⁸ Segundo IBGE, estimasse 27.633 mil habitantes no ano de 2018.

Gráfico 1: Óbitos por Causas Externas – Ceará. Região: Maciço de Baturité. Período:1996-2016.



Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM. DATASUS, 1996-2016.

Elaboração: SEJUDH/UNILAB.

A análise sobre esses dados faz-se pensar, em primeiro momento, sobre as fontes de registros de dados, suas implicações e “avaliar e assegurar a sua credibilidade” (ZALUAR, 2004, p. 131). Em contornos gerais, as informações colhidas, analisadas e problematizadas, conduzem na elaboração e encerramento de um ciclo de dois anos de pesquisa em relação a um amplo diagnóstico realizado pelo SEJUDH/UNILAB, a respeito da estrutura da segurança pública, da mortalidade e criminalidade violenta e da sensação de (in)segurança no Maciço de Baturité, a ser publicado no formato artigo intitulado “Segurança Pública no Ceará: um olhar a partir do Maciço de Baturité”.

3.1 Mortalidade violenta de jovens em Redenção-CE.

Nas tabelas abaixo, que faz um recorte na faixa etária de 14-19 anos e de 20-29 anos de idade dos óbitos por causas externas, Baturité é cidade com maiores casos de mortalidade compreendido nesta faixa etária, totaliza-se 202 mortes. Posteriormente temos Redenção (183), Acarape (94) e Ocara (89). Desde 2003, nota-se uma crescente linha de óbitos em Redenção. Mas é partir de 2010 (tabela 1.2) que em Redenção vai se agravando a morte de jovens; especificamente nos últimos três anos 2014, 2015 e 2016. Em relação as categorias de óbitos (gráfico 2), percebe-se maior concentração nas agressões (com 84 casos), conforme segue abaixo:

Tabela 1.1.1: Óbitos por Causas Externas – Ceará. Faixa Etária: 15 a 19 anos, 20 a 29 anos. Período:1996-2005. Região: Maciço de Baturité.

Município	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Acarape	5	-	-	6	3	2	3	4	4	1
Aracoiaba	-	4	-	-	3	3	1	5	8	3
Aratuba	-	1	-	3	1	1	2	2	4	6
Barreira	4	-	-	1	2	-	1	4	-	2
Baturité	9	2	6	6	10	5	5	9	12	7
Capistrano	1	2	3	2	3	2	-	6	5	1
Guaramiranga	3	-	-	1	-	2	-	-	-	1
Itapiúna	1	6	-	4	3	5	4	3	4	1
Mulungu	-	-	-	4	-	-	-	1	-	1
Ocara	2	1	-	4	5	2	1	4	1	1
Pacoti	1	2	1	-	1	2	3	2	-	3
Palmácia	3	1	1	1	2	2	1	3	-	5
Redenção	2	7	4	4	1	4	2	10	9	10
Total	31	26	15	36	34	30	23	53	47	42

Tabela 1.1.2: Óbitos por Causas Externas – Ceará. Faixa Etária: 15 a 19 anos, 20 a 29 anos. Período:2006-2016. Região: Maciço de Baturité.

Município	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Acarape	2	4	2	4	8	10	10	7	8	6	5
Aracoiaba	2	6	6	7	8	4	4	8	5	7	5
Aratuba	6	3	3	2	5	8	3	2	3	4	6
Barreira	6	5	8	7	3	3	5	5	10	9	13
Baturité	7	10	9	12	13	9	16	15	12	16	12
Capistrano	3	3	3	1	4	1	8	6	2	6	5
Guaramiranga	2	2	1	1	-	-	5	1	1	5	1
Itapiúna	4	5	2	4	5	6	4	8	9	6	8
Mulungu	1	-	3	3	2	5	3	5	7	7	6
Ocara	3	5	5	2	3	9	5	5	8	8	15
Pacoti	1	2	5	-	2	2	1	3	4	3	9
Palmácia	1	4	1	2	2	-	3	-	1	3	2
Redenção	5	8	11	6	11	7	13	12	15	22	20
Total	43	57	59	51	66	64	80	77	85	102	107

Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM. DATASUS, 1996-2016.
Elaboração: SEJUDH/UNILAB.

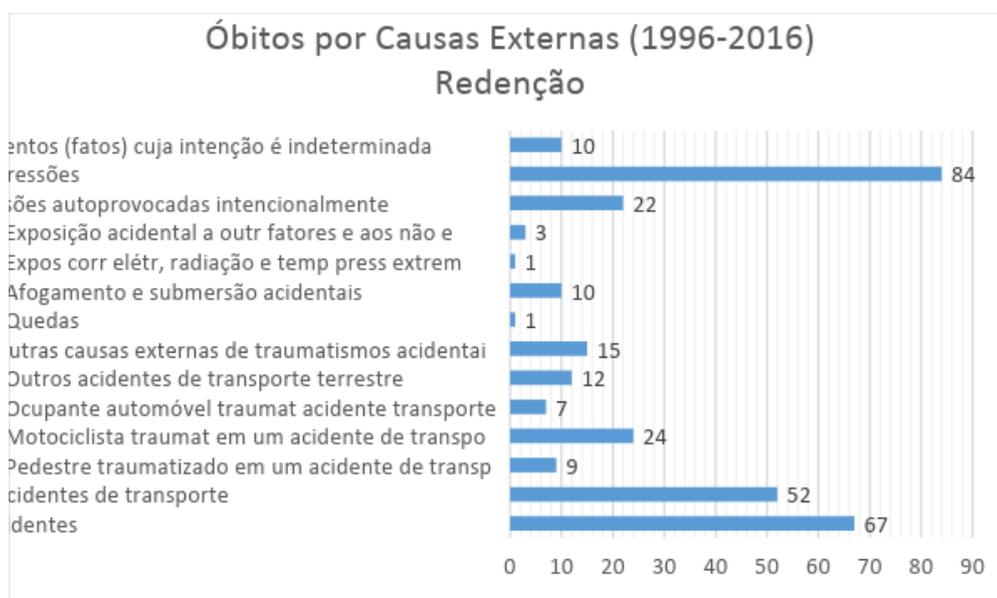
Tabela 1.2: Óbitos por Causas Externas – Ceará. Faixa Etária: 15 a 19 anos, 20 a 29 anos. Período:1996-2016. Categoria: total por município (Região Maciço de Baturité).

Município	Total
Acarape	94
Aracoiaba	89
Aratuba	65

Barreira	88
Baturité	202
Capistrano	67
Guaramiranga	26
Itapiúna	92
Mulungu	48
Ocara	89
Pacotí	47
Palmácia	38
Redenção	183
Total	1128

Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM. DATASUS, 1996-2016.
Elaboração: SEJUDH/UNILAB.

Gráfico 2: Óbitos por Causas Externas – Ceará. Faixa Etária: 15 a 19 anos, 20 a 29 anos. Período:1996-2016.



Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM. DATASUS, 1996-2016.
Elaboração: SEJUDH/UNILAB.

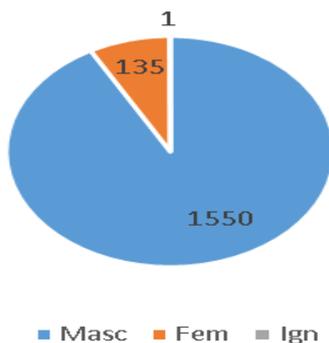
No que se refere ao perfil das vítimas de homicídios⁹, entre os anos de 1996-2015, enquanto AIS15, classificando-os em gênero, escolaridade e raça/cor referente à homicídios/mortes por agressão e homicídios por armas de fogo (HAF), nota-se um número

⁹ Os homicídios são classificados pela CID-10 como “Agressões” (X85 a Y09) - que incluem agressões por arma de fogo (X93-X95), agressões por instrumento perfuro cortante (X99) e outras violências – e ainda as “Intervenções Legais” (Y35 a Y36) – que incluem traumatismos infligidos pela polícia ou outros agentes da lei, incluindo militares em serviço, durante a prisão ou tentativa de prisão de transgressores da lei, ao reprimir tumultos, ao manter a ordem ou outra ação legal. Os homicídios por “agressões” seguem a mesma proporção da mortalidade violenta entre os municípios.

maior do sexo masculino (1550), ver gráfico 3.1. Enquanto a raça/cor (gráfico 3.2), o perfil continua sendo em maioria homens pardos/pretos (1059 casos).

Gráfico 3.1: Homicídios – Ceará. Período:1996-2015. Região: AIS15. Categoria: Sexo.

Mortes por Agressão AIS 15 1996-2015 Por Sexo

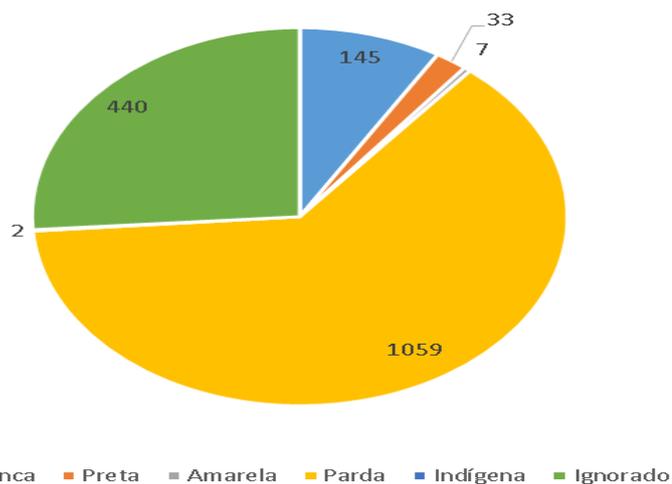


Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM. DATASUS, 1996-2015.

Elaboração: SEJUDH/UNILAB.

Gráfico 3.2: Homicídios – Ceará. Período:1996-2015. Região: AIS15. Categoria: Raça/cor.

Mortes por Agressão AIS - 15 1996-2015 Raça / Cor



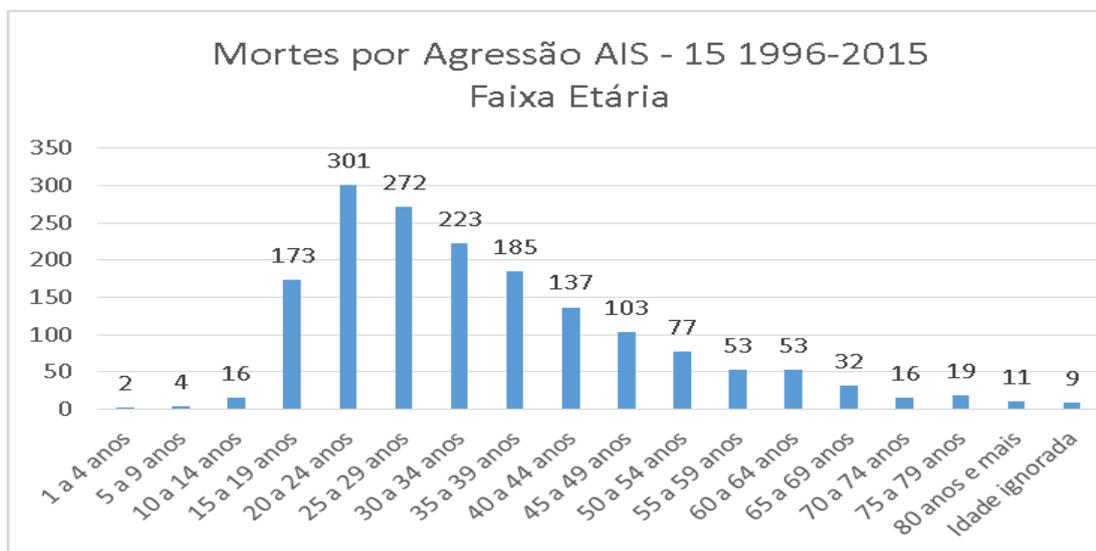
Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM. DATASUS, 1996-2015.

Elaboração: SEJUDH/UNILAB.

Chama atenção novamente a faixa etária (gráfico 3.3), que fica entre 15 a 19 anos e 20 a 29 anos. O nível de escolaridade (gráfico 3.4) concentra-se de jovens com 1 a 3 anos e 4 a 7

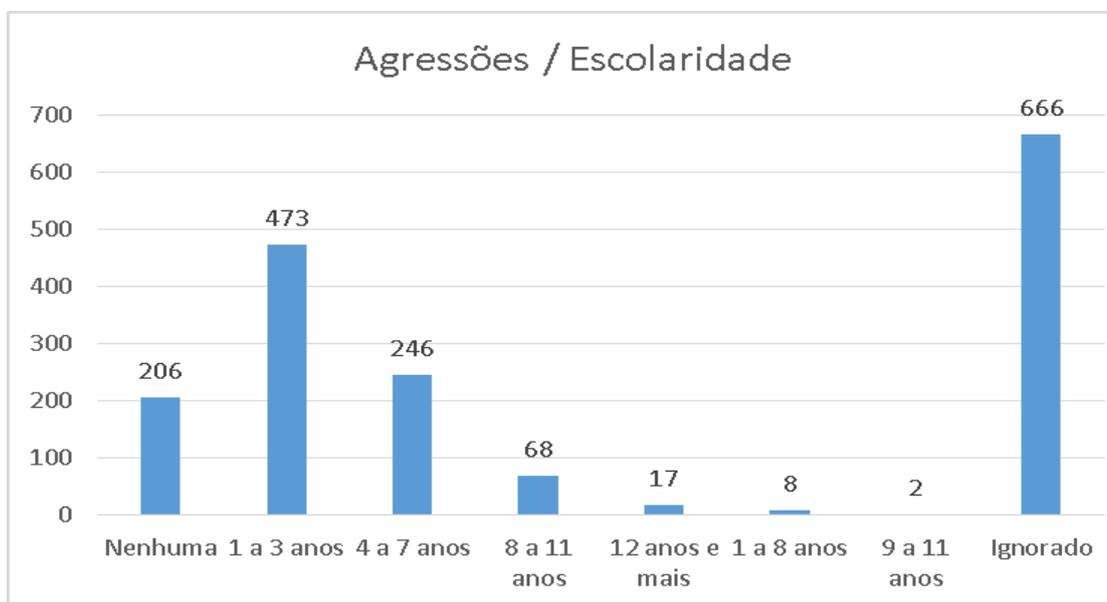
anos de estudo escolar (ensino fundamental incompleto), totalizando 719 casos. Deve-se levar em consideração o número de ignorados, registra-se 666 casos.

Gráfico 3.3: Homicídios – Ceará. Período:1996-2015. Região: AIS15. Categoria: Faixa etária.



Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM. DATASUS, 1996-2015.
Elaboração: SEJUDH/UNILAB.

Gráfico 3.4: Homicídios – Ceará. Período:1996-2015. Região: AIS15. Categoria: Escolaridade.

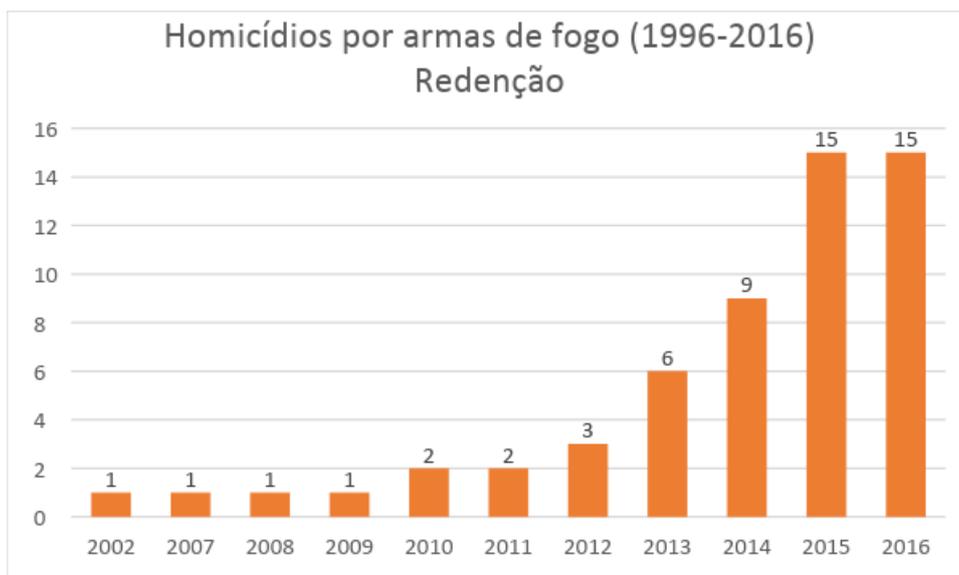


Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM. DATASUS, 1996-2015.
Elaboração: SEJUDH/UNILAB.

Em relação aos HAF somente em Redenção, totalizaram 56 casos (gráfico 3.1), sempre em tendência de crescimento, e encontra-se dados alarmantes a partir de 2013 até 2015-2016. Esses casos possuem uma forte circulação do mercado ilegal de armas, brigas entre facções

criminais e confronto com a polícia. Mas nos leva a outra via de análise: “A percepção sobre os homicídios e os consequentes impactos gerados por sua incidência variam em consonância com os contextos histórico e social.” (SILVA, 2015, p. 260).

Gráfico 3.1: Óbitos por Causas Externas – Ceará. Faixa Etária: 15 a 19 anos, 20 a 29 anos. Período:1996-2016.



Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM. DATASUS, 1996-2016.

Elaboração: SEJUDH/UNILAB.

Em consonância a estes dados, nota-se o aumento da criminalidade violenta na região que deriva de maior presença de grupos criminais, intensificando-se os assaltos. Nessa dinâmica, observa-se também um forte teor de ódio e ações violentas desses grupos, ativando brigas, riças ou acerto de contas. Na reportagem transcrita pelo o jornal O POVO, no dia 28 de novembro de 2015, o corpo de um adolescente de 15 anos, suspeito de participar de oito homicídios, foi incendiado durante velório no dia anterior em Redenção: “Apesar de ser muito jovem, o adolescente era muito perigoso e conhecido como um ‘matador’. Acreditamos que inimigos tenham ido lá intimidar o restante da quadrilha”. Na mesma reportagem há relatos de crítica à polícia com relação à operação que resultou no tiroteio:

O jovem foi morto com a companheira, uma adolescente de 17 anos que respondia por um homicídio, e outros três homens. O restante das vítimas eram Pedro Antônio do Nascimento, 56, Raimundo Nonato Coelho de Andrade, 22, e um terceiro homem identificado apenas como Manuel.

A Polícia Civil informou ao O POVO que Pedro e Raimundo não tinham passagem pela Polícia, e os registros de Manuel ainda não foram localizados. Nas redes sociais, leitores afirmaram que Pedro e Manuel não tinham envolvimento com a quadrilha.

“Meu tio era um homem de Deus, pessoa do bem, trabalhador. Vivia só para a família e trabalho, adorava louvar o nome do senhor. Ele estava no local por que estava

trabalhando com plantação”, escreveu Janete Rodrigues sobre Manuel. (O POVO, *online*, 2015).¹⁰

Nos vários casos de criminalidade e mortalidade na cidade noticiados pela imprensa, mostrando indignação e revolta da população periférica do modo como são tratadas pelos agentes da segurança pública, destaca-se a morte do jovem Weverton Mesquisa (24 anos), em 28 de novembro de 2017, uma terça-feira à tarde, em rua atrás do Campus da Liberdade. Foi alvejado por dois disparos deflagrados por agentes da Polícia Militar em Redenção, vindo a falecer em seguida. Para a comunidade local que presenciou a abordagem policial, os tiros disparados pela polícia, que teriam atingido o jovem pelas costas, foram desnecessários. Uma demonstração de despreparo e abuso de força. No dia 05/12/2018, foi realizada uma passeata organizada no local, em protesto por paz e justiça¹¹.

Conforme nota de repúdio lançada pelo Fórum Popular de Segurança Pública do Ceará, que contou com a parceria de grupos de pesquisa e extensão da UNILAB, políticos e outras entidades sociais, a violência policial ocorrida no entorno da universidade:

[...] se soma a uma preocupante estatística, que afeta, sobretudo, jovens, negros, pobres e moradores das periferias. Neste ano, o estado do Ceará baterá seu recorde de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI), com 4.211 até outubro, superando o acumulado do ano de 2016 (Dados oficiais da SSPDS-CE). Em mortes de adolescentes, o estado do se destaca também como o primeiro colocado, e Fortaleza como a capital que também lidera (Dados do Índice de Homicídios na Adolescência — IHA, UNICEF, 2014). Em se tratando de mortes decorrentes de intervenção policial, o Ceará é o terceiro do Nordeste, considerando o ano de 2016 (Dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2017). Na região do Maciço do Baturité a piora dos índices também tem sido significativa. (NOTA DE REPÚDIO – FÓRUM POPULAR DE SEGURANÇA PÚBLICA DO CEARÁ, 2017).

De modo em geral, o perfil dos homicídios caracteriza-se por jovens pardos/negros, em grande maioria do sexo masculino de baixa escolaridade, levando em consideração outros marcadores sociais nos aspectos da violência. Este perfil é repercutido num plano estadual, conforme o Relatório Trajetórias Interrompidas (2017), do Comitê Cearense Pela Prevenção de Homicídios na Adolescência, que realizou uma pesquisa em Fortaleza e em outros cinco municípios sobre os perfis de adolescentes vítimas de homicídio, apontou que jovens de 17-18 anos de cor negra/parda e de baixa escolaridade ainda continua sendo os que mais morrem no Estado¹². De acordo com Glória Diógenes e Leonardo Sá (2011, p. 147-148):

¹⁰ Mais informações: <<https://www20.opovo.com.br/app/ceara/redencao/2015/12/01/notredencao,3542388/corpo-e-incendiado-durante-velorio-em-redencao.shtml>> Acessado em 18/10/2016.

¹¹ O Coletivo artístico Entre Olhos elaborou um documentário intitulado “Uma Semana” no formato curta-metragem, em caráter de filme-denúncia, que surge de um movimento autônomo pedindo justiça. Para ter acesso ao documentário: <https://www.youtube.com/watch?v=8-FgL_Fh58k&t=96s> Acessado em 04/05/2018.

¹² Os estudos sobre homicídios na adolescência ocorreram na capital e nas seguintes cidades da região metropolitana, como Caucaia, Eusébio, Horizonte; e cidades do interior do estado, Sobral e Juazeiro do Norte. O relatório também apontou fortes questões voltadas a vida cotidiana desses adolescentes, desde relação conflituosa

O inimigo da violência torna-se também mais nítido através de estatísticas que ampliam os números de morte por homicídio, extermínio de jovens negros, crimes passionais, tráfico de drogas, enfrentamentos entre a polícia e a população de bairros periféricos, sem nenhum elemento de decifração forneça pistas explicativas desse fenômeno. (DIÓGENES; SÁ, 2011, p. 147-148).

Isto nos possibilita problematizar como alguns profissionais pensando sobre essa onda de violência e criminalidade que perpassa a vida cotidiana dos jovens, principalmente pelos altos índices de atos infracionais cometido por adolescentes, dos números de presos e de processos parados em Redenção (ENTREVISTADO J, 2018). Diante desse ponto, direciona-se a um outro: a dificuldade de acesso aos dados sobre segurança pública e justiça criminal em Redenção, fazendo-nos questionar sobre a qualificação das informações e a atuação dos profissionais, pois alguns dados não condizem muito com a realidade que a cidade vem apresentado. Mas deve-se ressaltar a precarização da estrutura da segurança pública no Maciço e o modo como estes profissionais estão submetidos, desde a falta de articulação com os órgãos de segurança pública e acesso à justiça, e até diálogos entre o Estado e municípios.

Nesse percurso, elenca-se algumas dificuldades apresentadas nas falas dos agentes da segurança pública que atuam na região: 1) há 13 delegacias na região, mas apenas 3 funcionam, trabalhando somente um único expediente. Muitas encontram-se em casa alugadas e deterioradas, principalmente em Redenção. 2) Há apenas uma Cadeia Pública em Redenção, que, no entanto, está proibida de receber presos de Acarape, por conta de uma portaria da juíza de Redenção. Em Acarape não possui delegacia; logo toda as demandas se concentram na delegacia de Redenção, responsável por dialogar com o juiz e o promotor de Redenção e o juiz e o promotor de Acarape; 3) A região encontra-se coberta por poucas viaturas; e só é acionado somente por policiamento ostensivo, por exemplo, o Raio; e em casos de extremo perigo, em curto prazo. Tem que ser pensado em outros equipamentos, pois as cidades possuem vielas e dinâmicas geográficas e sociais distintas; 4) A mesma situação para o Instituto Médico Legal (IML), que se encontra na cidade de Canindé (98,3km de distância de Redenção); 4) Há uma dependência da delegacia de Maracanaú, polo plantonista mais próximo. Mas a maioria dos casos se concentram na delegacia regional de Baturité, superlotando-a; especificamente nos finais de semana.

Este problema de violência letal e criminalidade na cidade, que caminha com a precarização das estruturais de segurança pública na região, entrelaça-se com o histórico social brasileiro de querer resolver as crises sociais por meio apenas da justiça criminal, aumentando

com a comunidade, sejam através de brigas com traficantes, dívidas ou disputas territoriais de facções do crime organizado e interação violenta com a polícia, até a precarização de serviços de saúde e de programas e projetos sociais voltados para prevenção de adolescentes vulneráveis ao homicídio.

o número de carcerários. Ou por programas de policiamento ostensivo e repressivo, no caso, a forte presença do Raio; tornando-se um instrumento justificável e aceitável numa região que convive de injustiças sociais e de “poucas políticas públicas voltadas a educação, ao lazer e de políticas de assistência social”, reforça um dos entrevistados que trabalham na assistência social como orientadora social.

E do outro lado, percebe-se a presença do “Ceará Pacífico”, como prevenção social, território de paz e integração do trabalho policial. Nesse viés de pacificação, com maior atenção as redes de proteção social e mediação de conflitos, o Estado deveria ser um ator social fundamental no combate a violência local; isto é, “O Estado, portanto, constituir-se-ia como instituição mediadora e reguladora de conflitos entre indivíduos e grupos sociais, fazendo com que as manifestações de violência sejam minoradas, senão evitadas.” (SILVA, 2015, p. 266). Soma-se a esta perspectiva, uma maior parceria com a gestão municipal, e que por sua vez, acionaria outras esferas do poder públicos e agentes sociais da própria cidade. Assim, rediscutidos estas questões num plano de ações em que a juventude se torne protagonista da cena social. Possibilitando pistas para não perder a potência frente ao ambiente social de violência.

4. Tecendo caminhos metodológicos e políticos na prevenção à violência.

Anteriormente apresentou-se um esboço de dados estatísticos de pesquisas que revelam não somente o número de vítimas da violência letal nas cidades urbanas, mas conseguem, dentro de suas particularidades e limitações, criar recortes e filtros sociológicos sobre a juventude e os múltiplos fenômenos da violência. Isto possibilita construir outros cenários interpretativos a partir de fichas simbólicas discursivas que fujam de narrativas fragmentadas e simplistas produzidas no cotidiano e também pela mídia, principalmente por programas policialescos que culpabilizam a juventude, aproveitando do sofrimento para invadir a vida cotidiana das populações pobres das periferias (NEGREIROS et al., 2018, p. 77).

Compreendendo os contextos dos jovens no cenário da violência retoma-se a capturar discursos e percepções sobre esse tema de estudo, conduzindo-os a um novo processo crítico nutrido por uma episteme e metodologias próprias que arquitetam a sociologia. Este olhar, que possibilita o desenvolvimento de outras percepções, é elabora num artigo de trabalho de campo e teórica de base quantitativa e qualitativa. Para Reinaldo Fulan (2017), pesquisas que se dedicam nessa intrínseca relação quantitativa e qualitativa, devem fugir de um desejo de status da pesquisa; na maioria das vezes, mistificando-a. Isto é, deixando a pesquisa cada vez mais

fragmentada e distante dos processos dialéticos que a geram. Preocupando-se apenas com a justificativa do método (FULAN, 2017, p. 90-91). E acabam esquecendo que esta relação é parte de uma postura epistemológica e plural, capaz de descortinar e desconstruir o emaranhado que constitui essa complexa e conflitante relação. Esta crítica à teoria e ideologia do método quantitativo e qualitativo nas ciências humanas:

Trata-se, apenas, de desconstruir os termos “quantitativo” e “qualitativo” usados para determinar o método científico, com o intuito de fortalecer a liberdade de pensamento e o foco ou rigor na discussão do que interessa, que são os problemas que animam a ciência e os procedimentos usados para seus encaminhamentos, dos quais a quantificação pode fazer parte, mas não com status de identificação de método, que é da ordem da imaginação e justificação do experimento, ou da articulação e justificação dos dados empíricos da pesquisa. O método é uma atividade crítica da ciência, e não uma receita geral ou técnica de pesquisa [...] queremos enfatizar que há muitas questões metodológicas, tão plurais e conflitantes ou concordantes, conforme o sentido da realidade investigada. (FULAN, 2017, p. 83).

Evitando uma divisão dicotômica dos métodos, a concepção acima pode ser relida num mosaico interdisciplinar, caracterizando-se num processo histórico, mas não historicista, enquanto genealogia crítica e hermenêutica problematizadora e também de ruptura epistemológica, especialmente numa concepção descolonial. Para Walter Mignolo (2008), a concepção descolonial demanda ser epistemologicamente desobediente, com inclinação ao pensar e agir. Essa desobediência nos reconduz a assumir uma postura política, com base empírica, sobre um determinado fenômeno que só poderá ser colocado num plano cíclico de debate crítico se não partirmos de uma noção fragmentaria do conhecimento, não neutra e estável. Permitindo trazer à tona os contextos e as implicações sociais que alguns dados estatísticos sobre mortalidade juvenil no Brasil, com foco no processo da “interiorização da violência” no Ceará, tomando como ponto de partida o município de Redenção, só mostram uma parcela do frágil véu social que configura e estrutura nossa sociedade contemporânea.

Consoante Glória Diógenes (2011, p 209):

Pode-se dizer que a violência, e seu correlato, a segurança pública, têm sido a tônica das discussões no campo das políticas públicas, da mídia e da vida cotidiana nos umbrais do século XXI. Nunca se falou tanto em violência e, provavelmente, afora os ciclos de guerras, nunca se alardeou tanto seus impactos negativos no âmbito das cidades e das relações sociais. (DIÓGENES, 2011, p. 209).

Isto nos mobiliza enxergar o hiato que há na construção de políticas públicas da juventude que teriam como meta serem construídas através dos interesses da comunidade em diálogo com os jovens e, em parceria com a prefeitura e outros atores sociais (movimentos sociais, grupos de cultura ou coletivo social, entidades de pesquisa, etc.). A socióloga Glória Diógenes (2012), em outro artigo intitulado *Juventudes, Violência e Políticas Públicas no Brasil*, aponta que algumas políticas públicas juvenis no Brasil acabam voltando para si

mesmas. Ou seja, preocupam-se apenas em favorecer uma agenda política, e de grosso modo, partidária, num projeto de curto e médio prazo, e para fins tão-somente quantitativos – por exemplo, quantos adolescentes estão matriculados ou atendidos por um programa social. As políticas têm que ser pensadas, elaboradas e feitas num projeto de política pública intersetorial e que seja capaz de potencializar e estimular os contextos existenciais.

Estas políticas podem serem desenvolvidas num plano de ação pautado na reconstrução de identidades ou de posicionamentos políticos participativos. Despertando nas juventudes a construção de “outros mundos possíveis, outros horizontes de sentido, outros futuros partilhados” (MACHADO, 2018, p. 81). Assim, fugindo de narrativas discriminatórias e simplórias, que ainda habita o imaginário social.

4.1. Por uma política pública intersetorial de prevenção à violência letal em Redenção: desafios e perspectivas.

A ausência de atendimento especializado, de uma justiça capaz de mediar conflito antes que o conflito se instale, e precarização de políticas públicas de segurança pública no Maciço, interligada com outras políticas públicas, percebe-se a necessidade de processos de mediação de conflito como paradigma de justiça que seja restaurativa e não simplesmente que retribua e puna.

Observa-se uma fenda sobre o funcionamento dos sistemas de proteção da infância e adolescência, e também para mulheres e os idosos, no que se refere a construção de ações inteligentes e investigativas fornecidas pelo Estado e em companhia com a comunidade. Isto é, há um questionamento sobre o sistema de proteção da infância e adolescência: “O que temos é o Conselho Tutelar, o CRAS, o CREAS, o Conselho da mulher em Redenção. Mas é muito precário” (ENTREVISTADA A, 2016). Isto é visto inclusive na perspectiva de uma rede de proteção que auxilie em um tipo de policiamento mais “humanizado” e mais pautado na “inteligência” que na coerção, repressão.

Nesse denso percurso, deve-se pensar também nas especificidades da cidade da seguinte maneira, primeiro: o público rural apresentar menor concentração de serviços de saúde e de profissionais da assistência social devido à falta de instrumentos de mobilização adequado ao contexto das comunidades rurais. Enquanto no território urbano observa-se a carência de uma rede de diálogos com os setores da justiça e da segurança pública. Há diálogos, em especial com a saúde e a educação; mas se concentram em grande parcela no centro da cidade. As relações com periferias na zona urbana ainda continuam frágeis, mostrando a carência de

diálogos e de ações especializadas. Além disso, carregam estereótipos e estigmas sociais que invisibilizam uma maior atuação de profissionais da área; e na maioria das vezes, se veem amordaçados ao cenário de insegurança e medo: “Já tive que pedir ajuda ao porteiro da escola onde atuava para acalmar os nervos de um adolescente. Eu trabalhava de noite, e estava sofrendo ameaças” (ENTREVISTADA M, 2018). Mais adiante, destaca-se o seguinte trecho:

Era um trabalho de risco. Mas gostava. Sinto que os adolescentes agiam naquele modo devido não ter acesso a um instrumento de lazer. E também encontrava dificuldade na perceptividade dos jovens enquanto visão de futuro. Sei que tinha relação com o estágio de vida. Mas como eram vulneráveis, era comum a baixo estímulo dos adolescentes. A intersetorialidade era pouco e frágil. (ENTREVISTADA M, 2018).

Este desfecho sobre as condições existências da juventude e sua relação com os aparelhos socioassistenciais e como os profissionais se constroem nessa relação, nos leva a um segundo ponto a ser discutido: os equipamentos do CRAS e CREAS, por exemplo, funcionam dentro de uma política orçamentaria do governo federal. Mas há uma forte dependência e exigência do município, que possui dificuldades sociais a serem discutidas, para tentar solucionar os gargalos do funcionamento desses equipamentos e assim minimizar as desigualdades que atinge o público desassistido e/ou vulnerável. o terceiro ponto, é que há presença de ações sociais e projetos pilotos, como a Família na Mesa, Caravana da Alegria e Família Forte, atuando no centro de Redenção (sede), nos outros três distritos (Antônio Diogo, Guassi e São Geraldo) e algumas localidades rurais próximas aos distritos. E dentre outros programas estaduais e municipais, que se concentram na área da saúde, educação e assistência social. Também ocorre atividades esportivas e artísticas e culturais dentro dos espaços do CRAS, tais como capoeira, dança africana e regional, judô e pintura. As atividades ocorrem com o grupo de idosos e coletivos das crianças e adolescentes.

Tem-se a parceria com grupos de extensão e pesquisa da UNILAB, por exemplo, a Rede de Estudos e Afrontamentos das Pobrezas, Discriminações e Resistências (reaPODERE)¹³, atuando desde 2016 no CRAS de Redenção. Estas ações se fortalecem com a maior presença da UNILAB em diálogo com a prefeitura. Objetivando a construção e o fortalecimento entre ambas, no intuito estimular outros processos participativos em que a sociedade civil e os projetos de extensão e pesquisa desenvolvidos pela UNILAB possam planejar, sistematizar e elaborar uma rede de conhecimentos, técnicas e saberes dentro de um projeto crítico de uma política pública transformativa, afirmativa e democrática.

¹³ Coordenado pelo Prof. Dr. James Ferreira Moura Junior (docente do curso de Bacharelado em Humanidades do Instituto de Humanidades da UNILAB).

Toma-se como fio condutor desse diálogo a realização do I Seminário de Integração Universidade-Cidade, no dia 22 de agosto de 2018, no Campus da Liberdade¹⁴. No evento foi apresentado pelo Coordenador Geral do CRAS e articulador da edição 2017-2020 do Selo Unicef em Redenção, os dois eixos que compõe a metodologia do selo: 1) resultados sistêmicos e 2) os indicadores de impactos sociais. Para avaliação dos resultados sistêmicos e ações de validação, o Unicef classifica os indicadores de impacto social em quatro grupos de impactos da realidade das crianças e adolescentes:

1. **Grupo dos excluídos** (ou sujeitos “invisíveis”, encontram-se sem registro de nascimento e na categoria abandono escolar);
2. **Grupo dos vulneráveis** (assistidos por algumas ações e programas de educação, saúde e assistência, porém estão submetidos a extrema pobreza, a fome, a gravidez de risco e distorção idade-série nas escolas públicas do município);
3. **Grupo das vítimas** (vítimas da violência letal (homicídio, acidente de trânsito e suicídio), testemunha de violência e/ou em condição de trabalho infantil, vulnerabilidade social e mortalidade e criminalidade violenta);
4. **Grupo Engajados** (assistidos por projetos e programas socioeducativos, de saúde, matriculado na escola, com participação em grupos de esporte e/ou de arte e cultura no intuito de garantir a cidadania e mecanismos de escuta e participação da sociedade, especialmente de crianças e adolescentes).

Estes quatro grupos de impacto da realidade se envolvem numa metodologia de gestão por resultado com foco na participação e controle social, garantindo a “mobilização da comunidade, a capacitação dos gestores municipais (por meio de ciclo presenciais e material de orientação, apoio para a realização de atividades de participação social e suporte técnico para melhoria da oferta de serviços público de saúde, educação, proteção e assistência” (UNICEF, Selo Unicef edição 2017-2020).

Referente ao grupo das vítimas, objeto de estudo desse artigo, a taxa de mortalidade entre crianças e adolescentes de 10 a 19 anos por causas externas fechou no ano de 2015 em vermelho, reforça o Coordenador do CRAS. Ou seja, indica que Redenção está abaixo da média

¹⁴ A primeira edição do evento foi promovido pela Pró-Reitora de Extensão, Arte e Cultura (PROEX/UNILAB), juntamente com a prefeitura de Redenção, Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF/Ceará) e os seguintes projetos de extensão “Rede de Estudos e Afrontamentos das Pobrezas, Discriminações e Resistências (reaPODERE)” e “Processos participativos em direitos humanos, segurança pública e acesso à justiça: formação de um Pacto pela Prevenção dos Homicídios”, do grupo SEJUDH/UNILAB.

de seu grupo de comparação (município do semiárido de pequeno e médio porte), e que é necessário melhorar seu desempenho. Este indicador nos faz pensar em ferramentas de análise para investigação e tratamento das causas de morte, assim, favorecendo a elaboração de estratégias intersetoriais (isto é, buscando a integração de políticas públicas na esfera da saúde, da assistência social, educação, segurança pública, justiça e arte e cultura) para implementação de “ações multissetoriais de proteção ao direito à vida dos adolescentes e contra a violência implementadas no município (UNICEF, Selo Unicef edição 2017-2020).

Estes dados foram reapresentados no I Fórum Comunitário do Selo Unicef em Redenção, que contou com a parceria do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Redenção (CMDCA), profissionais da assistência, operadores do direito, agentes da segurança pública e do trânsito, entidades religiosas, sociedade civil, membros de movimento e coletivos sociais, crianças e adolescentes usuários do CRAS e componentes de grupos de pesquisa e extensão da UNILAB. Nesse segundo momento, foi possível dialogar melhor com alguns representantes da sociedade civil, e assim, entendendo seus anseios, em que pontos a cidade pode melhorar e ao mesmo tempo criar estratégias que garantam equidade social e de produção de vida sustentável. Tomando como vetor o diálogo intersetorial.

Ambos os eventos possibilitam redesenhar os processos da integração e amostragem de dados e produções acadêmicas e, as percepções da universidade sobre a cidade. Em contrapartida, o modo com a prefeitura se beneficia dessa parceria, fortalecendo suas ações e competências dentro da cidade. E assim, potencializando vias de aproximação e quebrando uma quarta parede (que distancia os conhecimentos produzidos na universidade e as práticas e técnicas articulados pela prefeitura). Esta quebra acaba delineando outros horizontes reflexivos e estimulando a construção de medidas socioeducativas para as juventudes vítimas das violências.

Em síntese, a violência “é um sintoma social cuja produção é codeterminada por fatores históricos, econômicos, sociais, culturais, demográficos, psicológicos e outros” (BOCK; FURTADO; TEIXEIRA, 2008, p. 331). A violência aparece como fenômeno que exige do(a) pesquisador(a) um olhar atento aos espectros que a rege, trazendo à tona fichas simbólicas interpretativas capazes de desenvolver percepções sobre as camadas patológicas da violência, suas consequências na vida cotidiana e para onde estamos caminhar quando a violência torna-se um instrumento de agenda política (KINGDON, 1995) apenas de repressão, alimentando o ódio e fascismo. O Estado e os governos municipais, juntamente com entidades de pesquisa e atores sociais locais, devem estar atentos as narrativas fascistas que ronda a máquina pública e a vida social das periferias brasileiras, e por sua vez, instrumentaliza e naturaliza a violência,

promovendo contextos e sensações de insegurança e pavor. Fugindo dessa lógica de guerra, Estado e município devem assumir uma performance política capaz de traçar processos de enfrentamento da violência e garantia de direitos de humanos. E os fatores elencados por Bock, Furtado e Teixeira (2008) é uma parte do debate que se faz numa rede teórica e epistêmica e também de práticas sociais e de políticas públicas pautadas no constante enfrentamento das violências.

O combate/enfrentamento enquanto política pública intersetorial pode ser pensado numa esfera letal, estrutural e simbólica da violência. Mas é necessário compreender como alguns dados são elaborados, que estrutura de discursos o arquiteta, tanto numa perspectiva de poder no âmbito histórico e social; que premissas podem ser posta à dúvida (ao estranhamento, a desnaturalização) sobre as leituras dos dados e quais as entrelinhas e provocações revelam.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARENDDT, Hannah. **Sobre a violência**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 51-74.
- ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. G.. Ser jovem no Brasil hoje: políticas e perfis da juventude brasileira. **Cadernos Adenauer**, [s.l.], v. 1, p.13-25, jan. 2015. Disponível em: <<http://www.kas.de/wf/doc/16488-1442-5-30.pdf>>. Acesso em: 22 set. 2018
- BARROS, J. P. P.; BENICIO, L. F. S.; PINHEIRO, J. P. Relações entre Homicídios de Jovens e Intensificação de Fascismos no Brasil. In: Antunes, D. C; Ferreira, I. F; Pisani, M.M.; Ripa, R.. (Org.). **As vicissitudes da Experiência no Mundo Digital**. 1 ed., 2017, v. 1, p. 75-90.
- BARROS, J. P. P. et al. “Pacificação” nas periferias: discursos sobre as violências e o cotidiano de juventudes em Fortaleza. **Revista de Psicologia**, v. 9, n. 1. 2018. p. 117-128.
- BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. **Psicologias**: introdução ao estudo de psicologia. 14ª edição. São Paulo; Saraiva, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Lisboa, Difel, 1989.
- CASTEL, Manuel. **A insegurança social**. Petrópolis: Vozes, 2005.
- DAHLBERG, Linda L.; KRUG, Etienne G. Violência: um problema global de saúde pública. **Ciência & Saúde Coletiva**, 11 (Sup), p. 1163- 1178, 2007.
- DIÓGENES, Glória. Enigmas do medo – juventude, afeto e violência. In: Juarez Dayrell, Maria Ignez Costa Moreira, Márcia Stengel (organizadores). **Juventudes contemporâneas: um mosaico de possibilidades**. Simpósio Internacional sobre Juventude Brasileira (4.: 2010.: Belo Horizonte, MG) S612j. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2011. p. 209-228.

DIÓGENES, Glória; SÁ, Leonardo. Juventude e segurança pública: dissonâncias e ressonâncias. In: PAPA, Fernanda de Carvalho; FREITAS, Maria Virgínia. **Juventude em pauta: políticas públicas no Brasil**. São Paulo: Peirópolis: Ação Educativa: Fundação Friedrich Ebert Stiftung, 2011.

DIÓGENES, Glória. Juventudes, Violência e Políticas Públicas no Brasil: tensões entre instituído e o instituinte. In: **Sinais Sociais / SESC, Departamento Nacional** – Vol. 6, n. 18 (janeiro/abril 2012). Rio de Janeiro: SESC, 2012. ISSN 1809-9815. p. 102-127.

ERIKSON, Erik. **Identidade, juventude e crise**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1987.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

_____. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. **Microfísica do Poder**. 2ed. Rio de Janeiro: Graal, 1981

_____. **Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão**. 26 ed. Petrópolis, Vozes, 2002.

FURLAN, Reinaldo. Reflexões sobre o método nas ciências humanas: quantitativo ou qualitativo, teorias e ideologias. **Psicol. USP**, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 83-92, abr. 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642017000100083&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 14 set. 2018.

GIBBS, G. **Análise de dados qualitativos**. Porto Alegre: ArtMed, 2009.

GUATTARI, Félix. ROLNIK, Suely. **Micropolítica**, cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 1986.

KINGDON, John W. Agendas, Alternative, and Public Policies. 2nd Edition. Harper Collins CollegePublishers, 1995, In SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete. **Políticas Públicas**. Coletânea Volume 1. “Como chega a hora de uma ideia” (p.219-224); “Juntando as coisas” (p. 225-246).

LOPES, Julimar Trajano Lopes. **Segurança pública no território UNILAB: uma análise triangulada em Acarape/CE e Redenção/CE**. Monografia apresentada no curso de Administração Pública do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ISCA) da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2017.

MACHADO, Eduardo Gomes. Desafios da intervenção acadêmica no planejamento urbano: diálogos sociológicos com a educação popular em Paulo Freire. In: Elaine Ferreira Rezende de Oliveira, Larissa Oliveira e Gabarra, Leandro de Proença Lopes (Organizadores). **Construindo pontes: Paulo Freire entre saberes, projetos e continentes**. Fortaleza: EdUECE, 2018. ISBN 978-85-7826-595-3. p. 77-100.

- MIGNOLO, Walter D. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF**, n.34, p.287-324, 2008.
- MILLS, Charles Wright. A promessa. In: **A imaginação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1975. p, 9-32.
- MOREIRA, Jacqueline de Oliveira; GUERRA, Andréa Maris Campos; DRAWIN, Carlos Roberto. **Violência Juvenil e Medidas Socioeducativas: Revisão de Literatura**. Psicologia Escolar e Desenvolvimento. Psicologia: Teoria e Pesquisa. Vol. 33, pp. 1-9. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/0102.3772e3337>
- MBEMBE, Achille. “Necropolítica”. **Arte & Ensaios** | revista do ppgav/eba/ufrj, n. 32, dezembro 2016.
- NEGREIROS, Daniele Jesus; QUIXADÁ, Luciana Martins; BARROS, João Paulo Pereira. Movimento Cada Vida Importa: a universidade na prevenção e no enfrentamento à violência no Ceará. **Universidade e Sociedade**. Ano XXVII, nº 62-junho de 2018. ANDES-SN, 2018, p. 74-87
- SILVA, Vanderlan. Exclusão e Violência Letal: interiorização da violência homicida no Brasil. **Revista de Ciências Sociais**, nº 42, Janeiro/Junho de 2015, p. 255-268. ISSN 1517-5901
- TRASSI, Maria de Lourdes. **Adolescência violência – desperdício de vidas**. São Paulo: Cortez, 2006.
- VASCONCELOS, Francisco Thiago Rocha. A polícia à luz da sociologia da violência: “policiólogos” entre a crítica e a intervenção. **Revista Brasileira de Segurança Pública** | São Paulo, Ano 5 Edição 9 Ago/Set 2011. p. 62-87.
- WEBER, Max. Sociologia da dominação. In: **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília: Universidade de Brasília, 2012, p. 189-198.
- ZALUAR, Alba. Qualidade de dados: políticas públicas eficazes e democracia. In: **Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas**. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2014, p.131-147.